SÍNDROME DE DOWN – O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RENATA APARECIDA THEODORO FERREIRA

RESUMO

A inclusão de pessoas com necessidades especiais no sistema de ensino é um dos mais importantes desafios vivenciados principalmente por educadores, por isso, este artigo tem como base a interação de alunos portadores da Síndrome de Down e não portadores; objetiva as práticas pedagógicas na educação infantil, pois estas crianças têm capacidade de evolução significativa tanto quanto as outras, uma das diferenças é o tempo que demanda para aprendizagem e os estímulos recebidos por elas. O objetivo deste trabalho é gerar ações de caráter afetivo entre pais, alunos, professores, colegas de classe e funcionários da unidade escolar, tendo por referência as leis que garantem a inclusão social de deficientes, adaptações curriculares e principalmente a igualdade na sociedade.

Palavras-chaves: Educação, inclusão, aprendizagem, Síndrome de Down.

ABSTRACT

The inclusion of people with special needs in the education system is one of the most important challenges experienced primarily by educators, so this is based on the interaction of students with Down syndrome and non-carriers, aiming pedagogical practices, in kindergarten, because these children are able to progress as much as the other, the only difference is the learning time and the stimuli which are received by them. The objective of this work is to generate affective character actions between parents, students, teachers, classmates, and staff of the school unit, with reference to the laws that ensure the inclusion of disabled, curricular adaptations and especially equality.

Keywords: Education, learning, inclusion, Down Syndrome.

1. INTRODUÇÃO

Segundo o site da Fundação Síndrome de Down, a Síndrome de Down é uma alteração genética a qual acarreta um atraso no desenvolvimento da criança, tanto das funções motoras como das funções mentais, o que promove essa deficiência no bebê ainda na sua gestação. Toda pessoa tem seu corpo formado por pequenas unidades chamadas células, dentro de cada célula estão os cromossomos que são responsáveis por todo o funcionamento do corpo. Os cromossomos determinam cada característica do bebê, a cor dos olhos, altura, sexo e também o funcionamento dos órgãos. Por motivos desconhecidos, durante o desenvolvimento das células o embrião é formado 47 cromossomos ao invés de 46 que se formam normalmente.

O material genético em excesso altera o desenvolvimento regular da criança. Este material extra se encontra localizado no par de cromossomos 21, daí o outro nome pelo qual é conhecida, Trissomia dos 21. Para confirmar o diagnóstico de Síndrome de Down é necessário fazer o exame genético chamado Cariótipo.

Ainda segundo pesquisa realizada pela Fundação Síndrome de Down “Não se conhece com precisão os mecanismos da disfunção que causa a Síndrome de Down está demonstrado cientificamente que acontece igualmente em qualquer raça, sem nenhuma relação com o nível cultural, social, ambiental, econômico, etc.”. Há uma maior probabilidade da presença de Síndrome de Down em relação à idade materna, isto é mais frequente a partir dos 35 anos, quando os riscos de se gestar um bebê com Síndrome de Down aumentam de forma progressiva. Isto se deve ao fato de que mulheres mais jovens geram mais filhos e também pela influência do diagnóstico pré-natal que é oferecido sistematicamente às mulheres com mais de 35 anos.

Como a Síndrome de Down é uma alteração cromossômica, é possível realizar um diagnóstico pré-natal utilizando diversos exames clínicos como, por exemplo, a amniocentese (pulsão transabdominal do líquido amniótico entre as semanas 14 e 18 de gestação) ou a biópsia do vilo corial (coleta de um fragmento da placenta). Ambos os exames diagnosticam a Síndrome de Down e outras cromossopatias. Embora a Síndrome de Down seja comum a todas as pessoas, nem todas apresentam as mesmas características, nem os mesmos traços físicos, tampouco as malformações. A única característica comum a todas as pessoas é o déficit intelectual. Não existem graus de Síndrome de Down, a variação das características e personalidades entre uma pessoa e outra é a mesma que existe entre pessoas que não possuem a Síndrome. As crianças portadoras da Síndrome possuem um atraso no desenvolvimento da linguagem que pode ser observado ao longo da infância com surgimento das primeiras palavras, frases e na dificuldade articulatória para emitir alguns sons. Entretanto, não há regra para saber quando e como a criança falará, pois depende das características de cada indivíduo, outra dificuldade apresentada pela criança com Síndrome é o caminhar, pois seu desenvolvimento motor apresenta um atraso em relação à maioria das crianças.

1.1 CARACTERÍSTICAS DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

- Achatamento da parte de trás da cabeça
- Pequenas dobras de pele no canto interno dos olhos
- Língua proeminente
- Ponte nasal achatada
- Olhos ligeiramente menores
- Boca pequena
- Ligamentos soltos
- Mãos e pés pequenos
- Pele na nuca em excesso
- Baixa estatura

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Para incluir a escola precisa primeiramente, acreditar no princípio de que todas as crianças podem aprender, obviamente que cada uma delas ao seu tempo e de acordo com o seu desenvolvimento, porém todas devem ter o acesso à educação igualitária a um currículo básico, diversificado e uma educação de qualidade. As adaptações do processo de aprendizagem constituem as possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades encontradas nos alunos e tem por objetivo subsidiar a ação dos professores, este que poderá realizar um conjunto de modificações que se aplicarão nos objetivos, conteúdos, critérios de avaliação, atividades e metodologias, assim atendendo as diferenças individuais de cada aluno. Desta forma não é preciso apenas que o professor se envolva nesse trabalho, mas esse deve ser feito com a colaboração e participação entre os pais dos alunos, pedagogos, diretores, coordenadores, psicólogos e até supervisores a fim de discutir e encontrar soluções para os problemas, trocar ideias, métodos, técnicas e atividades com o objetivo de não somente ajudar os alunos que apresentem deficiências ou dificuldades, mas aos professores para que possam realizar seus papéis com êxito. As ações pedagógicas pedem um olhar abrangente do sistema escolar como um todo, e não deve ser realizada como estruturas paralelas, ou seja, separadas para alunos regulares e outra para alunos com deficiência ou necessidades especiais. Os educadores devem estar dispostos a romper com os paradigmas e estarem prontos a adaptações constantes com as mudanças educacionais, assim criando progressivamente uma escola mais inclusiva e de qualidade. Portanto, a inclusão é a garantia de uma educação de qualidade para todos os alunos e uma questão de justiça e igualdade social.

Werneck (1997, p.21 e 53) afirma que na sociedade inclusiva, apesar de papéis diferenciados, as pessoas deveriam trabalhar juntas, entendendo que todas as pessoas têm o mesmo valor. A escola inclusiva deve se encarregar de atender as necessidades educativas específicas a cada aluno. Podemos entender que a sociedade juntamente com a unidade escolar onde este aluno está inserido não deve tratá-lo apenas como o "diferente" e sim como parte integrante do ambiente escolar onde todos possuem dificuldades em aspectos diferenciados dos outros e que juntos o trabalho se torna mais prazeroso e completo.

A constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional determinam a inclusão de alunos portadores de deficiência na escola regular, porém deixam brechas para uma interpretação à mercê da conveniência de quem as aplica. Portanto ao indicarem um atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino, muitas escolas interpretam esse atendimento como ensino em Escola Especial e preferencialmente essa mesma escola especial como opção.

Ainda de acordo com Werneck (1997, p.145) é a partir da infância que se deve iniciar não só a informação, mas a formação das pessoas com e sem deficiência sobre a diversidade, dessa maneira minimizando o preconceito nos futuros adultos e consequentemente na sociedade em geral. Adquirir a informação sobre a deficiência desde cedo prepara o indivíduo para lidar com as diferenças. Precisamos enxergar a deficiência não como anormalidade, desvio e inferioridade, mas como diversidade, uma vez que todos nós somos diferentes e possuímos dificuldades e habilidades em aspectos diferenciados do outro.

2.2 A APRENDIZAGEM

Crianças especiais como as portadoras de Síndrome de Down, possuem grande dificuldade na resolução de problemas, situações por não possuírem facilidade em estabelecer estratégias espontâneas e este é um fator importante que deve ser considerado no processo de aquisição de aprendizagem logo na educação infantil, onde se formam as bases para o aprendizado de toda sua vida.

Segunda Publicação do site Revista Ponto com escrito em 21 de março de 2012 uma boa educação é um bem enorme que produza benefícios pessoais durante toda a vida, isso não é diferente para as pessoas com Síndrome de Downs e bem que para elas e para seus pais terem acesso aos programas que garantem oportunidade de um aprendizado apropriado e de forma continuada pressupõe vencer uma série de desafios que vai se prolongar durante o período escolar. Os

dados atuais permitem afirmar que a maioria das pessoas com Síndrome de Down tem deficiência intelectual de intensidade leve ou moderada, diferentemente das descrições antigas, que falavam em um atraso severo. Esta mudança se deve tanto a programas específicos aplicados hoje em dia quanto a estimulação e intervenção precoce, com a abertura e o enriquecimento do ambiente em que a criança está inserida. O mais encorajador é comprovar que quando a boa ação educativa persiste, não há razão para que a deficiência intelectual se torne mais acentuada na passagem da infância para a adolescência.

Existe um conjunto de características comuns a todas as formas de deficiência intelectual, são elas:

- A aprendizagem é mais lenta.
- É necessário ensinar muitas coisas as crianças, pois elas não aprendem sozinhas.
- É preciso ir passo a passo ao processo de aprendizagem levando-se em conta as características próprias de pessoas com Síndrome de Down.
- É preciso identificar de que forma a criança aprende melhor.
- Não cabe adotar uma atitude passiva, pelo contrário o bom educador deve ser proativo, utilizando maneiras criativas e interessantes de estimular o estudante a aprender ou buscar alternativas que compensem as dificuldades.

As dificuldades ocorrem principalmente porque a maturidade nervosa e não mielinização das fibras pode dificultar funções mentais como: habilidades para usar conceitos abstratos, memória, percepção geral, habilidades que incluam imaginação, relações espaciais, esquema corporal, habilidade no raciocínio, estocagem do material aprendido e transferência na aprendizagem. O aprendizado para o portador de Síndrome de Down deve ser organizado previamente e bem analisado, porém não deve ser teórico e metódico e sim deve ocorrer de forma agradável, baseada quase que inteiramente no lúdico para que desperte interesse na criança. Normalmente o lúdico atrai muito a criança na primeira infância, e é um recurso muito utilizado, pois permite o desenvolvimento global da criança através da estimulação de diferentes áreas, principalmente quando trabalhado de forma integral possibilitando explorações de ambiente e situações.

A fase da educação infantil tem por objetivo promover a criança maior autonomia, experiências de interação social e adequação, permitindo que esta se desenvolva em relação a aspectos afetivos, volitivos e cognitivos, que sejam espontâneas e antes de tudo que sejam "crianças".

"[...] os indivíduos nascem apenas com potencialidades (capacidade inata) e capacidade de aprender. Assim, todo conhecimento e todo o desenvolvimento da criança depende de exposição ao meio e dos estímulos advindos deste". (PIAGET, 1974).

O atendimento a criança portadora d Síndrome de Down deve ocorrer de forma gradual, pois estas crianças não conseguem absorver grande número de informações. Também não deve ser apresentada a criança Down informações isoladas ou mecânicas de forma que a aprendizagem deve ocorrer d forma facilitada através de momentos prazerosos. Por esta razão a forma mais adequada para inserção da aprendizagem na vida escolar deste aluno se dá com a forma lúdica de apresentar e desenvolver os conteúdos, assim realizando um aprendizado prazeroso e interessante aos olhos deste aluno. É importante que o educador desenvolva esse processo nas situações diárias desta criança, respeitando sua evolução gradativa, não é correto propor atividades que exijam mais do que a criança posso realizar, assim como pularmos etapas que fazem parte deste processo, pois ao invés de estarmos trazendo benefícios a este aluno, estaremos causando estado de stress, o que implicará na regressão dos resultados já obtidos com êxito.

Segundo folheto produzido por Sandy Alton, da Down´s Syndrome Association, e distribuído pelo Ministério da Educação britânico, Tradução Patrícia Almeida.

Alguns fatores podem facilitam ou inibir o aprendizado da criança portadora de Síndrome de Down e são eles:

2.3 FATORES QUE FACILITAM O APRENDIZADO

- Forte reconhecimento visual e habilidade visual de aprendizado, incluindo:
- Habilidade de aprender e usar sinais, gestos e apoio visual
- Habilidade para aprender e usar a palavra escrita
- Imitação de comportamento e atitudes dos colegas e adultos
- Aprendizado com currículo prático e material e com atividades de manipulação.

2.4 FATORES QUE INIBEM O APRENDIZADO

- Desenvolvimento tardio de habilidades motor, tanto fino quanto grossa.
- -Dificuldades de audição e visão
- Dificuldade no discurso e na linguagem

- Déficit de memória auditiva recente
- Capacidade de concentração mais curta
- Dificuldade com a consolidação e retenção de conteúdo
- Dificuldade com generalizações, pensamento abstrato e raciocínio.
- Dificuldade em seguir sequências
- Estratégias para evitar o trabalho

Segundo BRASIL (1997, p.35) O trabalho educativo não se restringe à sala de aula. Na escola, porém, mesmo na Educação Especial, propostas pedagógicas que levem o aluno a pensar, construir, verificar, e comprovar hipóteses na construção do conhecimento, argumentar e desenvolver o espírito crítico produzem resultados palpáveis, vindo ao encontro das metas da educação propostas nos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais.

Portanto é correto dizer que nesse processo de aprendizagem o aluno portador de deficiência deve vivenciar situações as quais o faça pensar, criar, experimentar, assim tornando essa aprendizagem significativa para a criança.

2.5 A RELAÇÃO ALUNO X PROFESSOR

Este deve ser o momento de mais afetividade, paciência, dedicação e envolvimento de ambas as partes a fim de proporcionar uma experiência de aprendizado afetiva.

A afetividade, segundo Wallon, possui um lado positivo quando ajuda a criança a ativar o desenvolvimento enquanto disponibiliza energias promotoras da ação, levando-a a vencer as dificuldades (GALVÃO, 1999, p.57-58).

Isto porque, quando uma nova informação é bem assimilada, dificilmente uma criança Down esquece o que aprendeu fator este que compensa o processo muitas vezes lento de aprendizagem. O educador não deve apenas reconhecer as dificuldades e limitações da criança, mas também suas habilidades e potenciais.

Outro ponto essencial nessa relação é o educador não promover atividades ou materiais muito diferenciados dos demais da turma, assim a criança não se sente diferente dos demais do grupo em que está inserida, e estes por sua vez também não passam a sentir essa diferenciação.

Os alunos com Síndrome de Down têm grande capacidade de imitação, ou seja, reproduzir o que veem por parte de outras pessoas de seu meio, fator que favorece estar em contato como alunos melhor dotados, que servem de modelo adequado para eles.

2.6 RELAÇÃO FAMÍLIA X ESCOLA

Esta relação deve ser estimulada, pois é muito importante que ambas caminhem juntas e "Dancem a mesma música".

O aluno precisa desenvolver segurança para tomar suas atitudes e aceitar seus erros, além de críticas, por isso, a importância da boa relação entre os pais e a unidade escolar para que o que seja passado na escola possa ser reafirmado ou trabalhado em casa juntamente com os pais. O comprometimento da família deve ser constante, assim como a participação na vida escolar de seu filho, para fazer o acompanhamento do aluno de forma que esta participação se estenda a reuniões particulares, pedagógicas e coletivas, assim como a presença em eventos e festas promovidas pela escola a fim de reafirmar a integração da criança com a comunidade e na sociedade.

A entrada desta criança na educação infantil no início pode ser assustadora para os pais, pois é o começo da vida social desta criança, se relacionar com a comunidade e disputar seu espaço no mundo. Em contrapartida, sabemos que a entrada da criança com Síndrome de Down no contexto escolar regular é bastante positiva principalmente quando a inclusão é bem-feita, pois a sua socialização começa a se dar de maneira bem fluída. Por exemplo, ela terá que brigar pelos brinquedos e tentar se expressar nas mesmas condições das crianças sem qualquer deficiência, e isto só vem a ajudar significativamente no seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à cognição, a linguagem verbal e corporal, habilidades motoras e a socialização. Matricular uma criança portadora de deficiência no ensino regular é dar a ela a oportunidade de mostrar suas habilidades, dificuldades e potencialidades, e assim como as outras desenvolverem seus aspectos cognitivos e sócios afetivos.

Amaral destaca a atitude dos pais perante a deficiência do filho como fator de grande importância:

[...] na formação da identidade da criança, na construção de sua autoimagem, no não estabelecimento de confiança em si e no mundo, na eleição e uso cristalizado de mecanismos de defesa Amaral (1995, p.88)

Atitudes de defesa estabelecem vínculos com a deficiência e não com o filho, com a criança, ou pessoa; com práticas terapêuticas, não com as necessidades humanas, completa ele.

Vygotsky (1988, p.72) propõe à escola a tarefa de aproximar a pessoa com deficiência do convívio com os parâmetros nor-

mais da sociedade: “A orientação em direção à normalidade e à eliminação de tudo o que agrava a deficiência e o atraso, constitui a tarefa da escola”.

CONCLUSÃO

Os conhecimentos teóricos são essenciais, mas ainda assim deve ser considerada a identificação dos limites e alcances cognitivos, afetivos e motores, mesmo que para conhecer as dificuldades do processo de ensino aprendizagem das crianças com Síndrome de Down necessitamos da ciência médica, psicológica, sociológica e pedagógica.

Todo conhecimento teórico traz contribuições, materiais e respaldos fundamentais para que o professor possa fundamentar suas ações em sala de aula. Quando não há tais fundamentos teóricos para que o professor possa ter embasamento ao aplicar atividades, com esta criança, assim como com outras crianças que possuam quaisquer tipos de deficiência, acaba-se por limitar o trabalho deste profissional, assim como limita as mudanças restringindo os papéis que essa criança portadora de Síndrome de Down pode representar tanto na escola como na sociedade futuramente.

O acesso a fonoaudiólogos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais envolvidos no desenvolvimento deste indivíduo, com certeza trazem contribuições significativas para as ações do professor em sala de aula. O ponto importante deste trabalho é a relação humana descrita em suas páginas PROFESSOR X ALUNO e FAMÍLIA X ESCOLA.

Um planejamento da formação de profissionais envolvidos, com vistas a criar uma cultura de base a respeito da Síndrome de Down e outras deficiências e também dos referenciais teóricos tocantes à inclusão é a chave para o sucesso da inclusão, com isso os professores alcançam novos patamares de qualidade no decorrer deste processo de inclusão.

A relação da escola com a família é fator fundamental durante a vida escolar de qualquer criança, nesta situação este fator é primordial e a ligação da escola com a mesma deve ser direta e construtiva para a formação do aluno como cidadão independente, não esquecendo de considerar as limitações apresentadas pela criança, dificuldade e potencialidades e quais expectativas em relação a unidade escolar.

É muito comum ouvirmos relatos sobre o grande avanço de pessoas com Síndrome de Down, o rompimento de barreiras, a superação em todos os campos da vida, como, social, profissional, pessoal, acadêmico.

O esclarecimento é fundamental para que a sociedade encare o portador de Síndrome de Down como qualquer outro, um cidadão com limitações, mas vontades próprias que devem ser respeitadas, e para isso é necessário que essa informação seja passada desde cedo para nossas crianças que serão futuros cidadãos e que serão os responsáveis de realizar o processo de inclusão futuramente.

É importante ressaltar que os portadores de Síndrome de Down não devem ser considerados “anormais” muito menos serem “dignos de piedade”. Não podem ser vistos como pessoas incapazes, impossibilitadas e sim como indivíduos que buscam seu espaço merecedor na sociedade, assim como estão diariamente em busca de sua independência, pois são capazes de realizar essa conquista.

De acordo com o estudo de caso realizado durante o período de realização deste artigo, foi notável o empenho e a dedicação destinada ao aluno portador da Síndrome de Down por parte de toda equipe da unidade escolar onde ele encontra-se inserido, assim como o processo de desenvolvimento do mesmo, durante as atividades propostas pela educadora, em sala com os colegas por meio de brincadeiras dirigidas e livres, em rodas de conversas e de histórias desenvolvidas pela professora, o planejamento específico para o andamento da aprendizagem deste aluno realizado pela coordenadora pedagógica juntamente com a diretora da unidade escolar e a professora.

Fundamental se faz esse processo de integração e desenvolvimento da criança portadora de qualquer deficiência, especificamente se referindo a Síndrome de Down onde o aluno é estimulado a fazer parte da turma e se tornar um cidadão capaz como qualquer outro inserido na sociedade, com suas limitações a serem superadas tais como suas habilidades a serem potencializadas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L.A. Conhecendo a deficiência: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe, 1995

BRASIL. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica. Parecer nº 17/2001. Brasília: CEB/CNE, 2001

Secretaria de Educação Fundamental – Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. In: Parâmetros Curriculares Nacionais, v. 1. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FSDOWN. O que é Síndrome de Down? [Internet]. Fundação Síndrome de Down, [acesso em: 28 de agosto de 2012].

GALVÃO, I. Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. (Coleção Educação e Conhecimento). Disponível em: http://www.fsdown.org.br/site/pasta_116_0__o-

-que-e-sindrome-de-down-.html

Instituto Inclusão Brasil blog [Internet]. Sandy Alton. [acesso em 18 de setembro de 2012]. Disponível em: http://inclusaobrasil.blogspot.com.br/2008/08/incluindo-alunos--com-sndrome-de-down-no.html

MAZZOTTA, M. J. S. Fundamentos de educação especial. São Paulo: Pioneira, 1982.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WERNECK, C. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.